

A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS: UM OLHAR A PARTIR DA REALIDADE DE UMA UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.

Aymêe da Silva Gadelha¹

Emanuela de Freitas Duarte²

Maria Lidianie Agostinho de Menezes³

Wladimir Geovanne dos Santos Duarte⁴

Aleksandra Nogueira de Oliveira Fernandes⁵

RESUMO

A inclusão escolar, que defende a escola regular como espaço educacional de todos, nasceu para se contrapor ao paradigma da exclusão escolar, em que alguns alunos eram segregados por apresentarem características diferentes das esperadas pela instituição. Nesta perspectiva, a escola deve estar apta para receber todos os alunos, independente das características que possam apresentar. Por isso, com base nas experiências vivenciadas ao longo da formação no curso de Pedagogia na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) elaboramos nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no ano de 2015 voltado para essa temática da inclusão. No presente estudo apresentamos um recorte do nosso TCC, em que investigamos sobre a inclusão do aluno com surdez na Educação Infantil, especificamente, numa Unidade de Educação Infantil do município de Mossoró-RN, apontando a atual realidade da educação inclusiva. A pesquisa é de cunho qualitativo. Foi realizada exploração de caráter documental, bibliográfico e de campo. Aplicamos um questionário com perguntas abertas para uma professora que trabalha com um aluno surdo no município de Mossoró. Concluiu-se que a partir do conhecimento sobre a legislação e, especificamente, sobre o reconhecimento da LIBRAS, a família, bem como os professores, podem começar a exigir mudanças na escola, com finalidade de atender as necessidades educacionais especiais do aluno com surdez, ou seja, que a inclusão possa de fato ocorrer para esse alunado.

Palavras-chave: Educação Infantil, Inclusão, Surdez.

INTRODUÇÃO

O estudo reflete sobre a inclusão de alunos com surdez na Educação Infantil, pois são nos primeiros anos escolares, que sendo bem estimuladas, as crianças desenvolvem suas potencialidades, tendo em vista um ambiente acolhedor, profissionais conscientes de seu compromisso com a educação e o currículo que contemple toda necessidade educativa e inclusiva das crianças. Desta maneira este estudo tem como objetivo analisar a prática docente no sentido de perceber se esta possibilita a aprendizagem do aluno com surdez na Educação Infantil.

1 Professora da SEEC/RN (12º DIREC), aymeegadelha@yahoo.com.br;

2 Professora da SEEC/RN (12º DIREC), emanuelafd30@gmail.com;

3 Professora da Prefeitura Municipal de Mossoró/RN, marialidiane4@hotmail.com;

4 Professor da SEEC/RN (12º DIREC), wladimirgeovanne92@gmail.com;

5 Professora orientadora: Doutoranda do IFRN, aleksandra.nogueira@ifrn.edu.br.

A principal razão para a escolha desta temática foi uma experiência pessoal, no momento em que fui selecionada para trabalhar como auxiliar de sala em uma Unidade de Educação Infantil, no município de Mossoró-RN, localizada em um bairro periférico da cidade, na qual havia um surdo. Surgiu o desejo de aperfeiçoar meus conhecimentos sobre inclusão.

Meu interesse intensificou-se, ao conhecer através de uma professora, o Centro de Capacitação de Educadores e Atendimento ao Surdo (CAS-MOSSORÓ), escola Bilíngue de caráter público, onde pude constatar que o contato entre surdo e ouvinte traz benefícios, não somente para o sujeito surdo, mas também para pessoas ouvintes, possibilitando o acesso deles à cultura surda.

Neste sentido, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é imprescindível para a assimilação de mundo que os sujeitos surdos vão construindo para si, ela é a maneira pela qual eles garantem suas construções. Essas construções esbarram em problemas culturais, sociais, educacionais, políticos e econômicos, onde somente a língua, seja ela de sinal ou oral, não basta para solucioná-los.

Este artigo está composto por duas partes. A primeira trata sobre os marcos legais e a inclusão do aluno surdo no Brasil. E na segunda aborda no que se refere ao relato de uma experiência numa Unidade de Educação Infantil (UEI) e apresenta os resultados e discussões das práticas pedagógicas utilizadas pela professora colaboradora, para desenvolver a aprendizagem do aluno surdo.

METODOLOGIA

A pesquisa é de cunho qualitativo. Foi realizada exploração de caráter documental, bibliográfico e de campo. Aplicamos um questionário com perguntas abertas para uma professora que trabalha com um aluno surdo no município de Mossoró.

MARCOS LEGAIS: A INCLUSÃO E O ALUNO SURDO NO BRASIL

Foi na Palestina, em 1500 a. C, ainda no período do bronze recente, que ocorreram os primeiros registros de existência de surdos. A história antiga é breve no que se refere à inserção do surdo na sociedade. Como qualquer outra pessoa que possuísse algum tipo de

deficiência os surdos naquela época eram totalmente rejeitados e restritos. Passados três séculos após Cristo, surgiram importantes filósofos, como Aristóteles que ditavam que o pensamento fosse desenvolvido por meio da linguagem e da linguagem com a fala, entretanto, ele afirmava que o surdo não pensava, não podia ser considerado humano (GUGEL, 2015).

O início da Idade Média é marcado por escassas condições de vida e saúde, entretanto, a população desconsiderava qualquer pessoa que nascesse com alguma limitação ou deformidade, alegavam que era castigo divino, ou até mesmo feitiço de bruxos. Há relatos, segundo Gugel (2015), que as crianças eram abandonadas em alguma localidade supostamente ungida, para que lá houvesse a purificação desses seres.

Ainda segundo Gugel (2015), como o advento do cristianismo, havia uma inquietação da igreja sob a ótica da proteção desses indivíduos, uma vez que não havia assistência, coube à própria igreja exercer o dom da caridade. Desta forma, a igreja ia combatendo essas doutrinas de desfavor ao sujeito que nascesse com alguma deficiência.

Dentre muitas deficiências que emergiam, a surdez era uma delas, e como isso um professor espanhol chamado Pedro Ponce de Leon resolve educar um grupo pequeno de surdos, opondo-se ao conceito aristotélico, de que as pessoas com surdez jamais serviram para alguma coisa e tão pouco para falar. Essas concepções vão permitindo que essa época precária de conhecimento científico fique para trás. Entretanto a cultura de que a pessoa com necessidade especial é incapaz, construída pelo próprio homem vai tomando rumo diferente do ponto de vista científico, pois as limitações não torna o ser insignificante ou incapaz.

No Brasil o atendimento as pessoas com surdez teve início em 1857 no Instituto dos Surdos Mudos, hoje denominado de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Em 1961, o atendimento educacional as pessoas com deficiência passa a ser estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 4.024/61, que direciona o direito dos “excepcionais” a educação dentro do sistema regular de ensino. Entretanto a Lei nº 5.692/71 modifica a LDBEN de 1961, define o “tratamento especial” para alunos com alguma deficiência, ou seja, acarreta um retrocesso na educação das pessoas com necessidades educacionais especiais, pois encaminhava esses alunos para salas de atendimento especial, sendo assim incapaz de atender as especificidades de cada um.

Houve um acontecimento relevante para a educação dos surdos, entre os dias 06 a 11 de setembro de 1880: o Congresso de Educadores de Surdos na cidade de Milão na Itália. Na ocasião, surgiu à tentativa de extinguir a língua de sinais, foi realizada uma eleição para

proibir oficialmente a língua de sinais na educação da pessoa com surdez. Este evento foi sistematizado, norteado e apadrinhado por pessoas ouvintes, todos eles defendiam o método do oralismo. Da soma de 164 países que enviaram seus representantes, só houve dois que votaram contra a proibição do ensino da língua de sinais nas escolas, foram eles: Estados Unidos da América e Grã-Bretanha (STROEL, 2015).

Certa vez um menino de aproximadamente 12 anos de idade com aparência rude e comportamento igual ao de um animal selvagem, foi encontrado em total abandono e diagnosticado como uma doença mental e irreversível, porém um estudante de medicina chamado Jean Gaspar Itard quis assumir a responsabilidade de educar aquela criança e reforçou sua teoria de que bastava estimular os sentidos humanos para que houvesse progresso educacional e também social, o fruto daquela selvageria e ignorância era a falta de provocação de seus sentidos e elaborou uma tecnologia para dá-lhe assistência. Portanto Itard comprovou mais uma vez que através do estímulo a criança é capaz de desenvolver diversas habilidades (FILHO, 2015).

A Conferência Mundial sobre Educação para Todos, que aconteceu no ano de 1990 em Jomtien na Tailândia, é um marco significativo para impulsionar as discussões acerca da educação, em que o Brasil, foi um dos países que estavam presentes. Durante a Conferência foi elaborado um documento que determina o fim do preconceito e estereótipos de qualquer natureza na educação, este denominado de Declaração de Jomtien.

A Declaração de Salamanca é um valioso documento estruturado durante a Conferência Mundial de Educação Especial, realizado na Espanha entre os dias 07 e 10 de junho de 1994. Esse manuscrito argumenta que o princípio norteador da escola deve ser o de conceder a mesma educação para todas as crianças, adequando-se as demandas delas. Certifica também a relevância da língua de sinais e a necessidade de garantir que todas as pessoas surdas tenham ingresso ao ensino na língua de sinais do seu país.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) começaram a ser elaborados em 1995, porém só foram concluídos em 1999. Os PCNs são diretrizes elaboradas pelo governo a fim de orientar a educação, é importante ressaltar que este documento não é de caráter obrigatório, porém tem grande significância no bom desempenho das práticas pedagógicas. Ele é organizado por áreas e aborda a Educação Infantil como parte de elementar importância na educação do país.

As políticas educacionais aplicadas pelo nosso sistema de ensino que dizem respeito à inclusão do aluno surdo nas escolas de ensino regular indicam pouca eficiência, pois, continua-se querendo se comunicar com os surdos sem o domínio da LIBRAS, ou pelo método oral.

A partir desses grandes marcos nacionais e internacionais o Brasil vem consolidando a inclusão do aluno surdo nas escolas. Em nosso país a Língua Brasileira de Sinais só foi legalizada em 24/04/2002 pela Lei nº 10.436 que reconhece a LIBRAS como língua oficial no País, junto com a Língua Portuguesa.

UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NUMA UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL – UEI: AS CRIANÇAS, A PROFESSORA E EU.

Escolhi cursar Pedagogia não por acaso, e sim pela identificação que desde criança permeia junto a mim, também pela opinião alheia que sempre foi positiva quando se referiam a minha aptidão com crianças. Minha inserção ao âmbito educativo enquanto profissional iniciou-se com a graduação, ao final do primeiro período tive a oportunidade de trabalhar com crianças.

Entretanto, minha história com a inclusão principiou-se num contexto bem diferente da primeira experiência, ainda com crianças. Meu olhar enquanto discente do curso de licenciatura e futura profissional da educação muda radicalmente, com o ensejo de auxiliar uma sala de aula do ensino regular de uma Unidade de Educação Infantil de Mossoró, essa por sua vez, localizada em um bairro periférico, visto que isso não é empecilho para haver ou não, inclusão, deparei-me com um espaço físico pequeno, porém acolhedor.

Havendo pouco espaço físico e muita aproximação das crianças e dos profissionais, logo pude perceber uma criança com surdez nos primeiros anos escolares em uma sala de aula do ensino regular. Por intermédio da grade curricular do curso de Pedagogia que em sua composição possui a disciplina de Língua Brasileira de Sinais despertei ainda mais para o verdadeiro sentido da inclusão.

Houve uma grande conexão a qual eu considero relevante para minha aproximação à comunidade surda, pois na faculdade estava aprendendo LIBRAS, ao mesmo tempo em que

trabalhava numa escola que acolhia um aluno surdo, este por sua vez com uma professora que compreendia a LIBRAS e mencionava sempre grande valor que esta língua tinha.

Acolhi a sugestão da professora em conhecer o Centro de Capacitação de Educadores e Atendimento ao Surdo (CAS), um dos espaços na cidade que contempla dois públicos, surdos e ouvintes. O CAS é uma instituição de ensino não formal, lá tive a oportunidade de adquirir o conhecimento básico sobre a LIBRAS, conhecer a comunidade surda, perceber tudo que envolve a luta das pessoas com surdez, inteirar-me dos movimentos das pessoas com deficiência.

Minha inserção na Universidade já veio tomada de anseios, inclusão seja ela social ou escolar, sempre me chamou atenção. Reporto-me para o primeiro período do curso de Pedagogia na UERN e lembro com entusiasmo o amplo conhecimento que trouxe o professor ministrante da disciplina Antropologia da Educação, ali senti estritamente o anseio de permear os caminhos da Inclusão. Nos períodos posteriores pude estudar disciplinas que de igual modo contribuíram para o meu olhar acerca da inclusão, como: Psicologia da Educação, Profissão Docente, Didática, Alfabetização e Letramento, Literatura e Infância, Língua Brasileira de Sinais e os Estágios em espaços escolares e não escolares.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS UTILIZADAS PELA PROFESSORA PARA DESENVOLVER A APRENDIZAGEM DO ALUNO

Sabendo da responsabilidade que a Educação Infantil tem sob a formação do sujeito, conhecendo o espaço físico e a conduta docente permeada por uma bagagem satisfatória com alunos surdos, foi elaborado um questionário para compreender de que forma a inclusão acontece com uma criança surda em uma Unidade de Educação Infantil do âmbito público do município de Mossoró-RN.

Quadro 1 - Perguntas feitas à professora colaboradora da pesquisa.

PERGUNTAS	RESPOSTAS
<ul style="list-style-type: none">Quais são as dificuldades encontradas para se trabalhar com o aluno surdo?	Ajuda da família que não tem, falta de material adaptado.
<ul style="list-style-type: none">Você recebe capacitação para	Não. Tenho conhecimento porque busco em

trabalhar com a inclusão de alunos com deficiência?	horário extraescolar.
<ul style="list-style-type: none"> Quais os recursos ou serviços que a escola disponibiliza? 	Recebemos uma professora de LIBRAS de 15 em 15 dias.
<ul style="list-style-type: none"> Defina inclusão escolar? 	É um processo onde se trabalha a igualdade de oportunidade na busca de conhecimento.
<ul style="list-style-type: none"> Qual o grau da perda auditiva do aluno incluído? 	O aluno tem perda auditiva profunda.
<ul style="list-style-type: none"> Como é a participação do aluno surdo durante a realização das aulas? 	Ele interage com os colegas, observa a explicação em LIBRAS, faz os sinais, se expressa demonstrando que entendeu. O problema que apresenta é a agressividade, quando quer algo dos colegas, não quer esperar, mesmo assim pede desculpas, sabe quando magoa alguém.
<ul style="list-style-type: none"> Quais atividades utilizadas para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno surdo? 	Atividades de motricidade, em grupo, dramatização, leitura e escrita no quadro e em papel, atividades de artes (pintura, recorte e colagem) fantoches, vídeos com interpretação. Procuro adaptar as atividades para atender as necessidades.
<ul style="list-style-type: none"> Percebe-se alguma recusa dos colegas para com o aluno surdo? 	Não.
<ul style="list-style-type: none"> O aluno domina a língua de sinais? 	Não tudo, mas o básico para se comunicar.
<ul style="list-style-type: none"> Qual a relação da família do aluno com a escola? 	A relação da família deixa muito a desejar, quem sempre vem deixar é o pai, procuro mostrar a necessidade quanto a impor limites, o que prejudica um melhor desempenho, visto que não obedece e não aceita correção, tipo esperar a sua vez. Se houvesse mais participação da família, com certeza a criança apresentaria um rendimento bem superior ao que apresenta hoje.

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras, com base nos dados da pesquisa.

Diante do exposto, nota-se que a professora é consciente da boa relação que a família deve nutrir com a escola, sabendo que para o avanço do aluno e especificamente do aluno com deficiência é de extrema importância que as duas partes caminhem juntas, ou seja, a efetividade no ensino aprendizagem não se constrói somente pelo professor, para que isso ocorra é fundamental a família ser parceira da escola. É notável a preocupação da docente em relação ao material adaptado para a surdez que não há disponibilidade na escola.

A qualidade na educação depende e muito da formação profissional, entretanto a explanação da professora afirma que o município não dispõe de estratégias para aquisição e aprofundamento de conhecimentos referentes a esses alunos, sendo assim a busca tornou-se algo singular, em que ela mesma apropria-se dos conhecimentos relacionados à inclusão em outros espaços de formação.

Sabendo que a rede municipal de ensino deve cumprir o conjunto de normas acerca da inclusão, a Unidade de Educação Infantil recebe a visita quinzenal da professora de LIBRAS, ela contempla uma parte da manhã com o ensino da língua materna dos surdos, tendo em vista que este é o único recurso que o aluno recebe, pois a escola não possui outro recurso, seja ele físico ou material.

A inclusão escolar é um conceito divergente, para a professora é um procedimento que a escola deve empenhar-se para que os alunos entendam o conceito de igualdade. Relata que é notável a boa convivência dos colegas com o aluno surdo.

No que se refere à interação do aluno surdo com os saberes trabalhados à professora afirma que repassa todo conteúdo primeiro para os colegas ouvintes e logo em seguida, para o aluno surdo de acordo com sua língua materna. Ele responde com entusiasmo aos comandos, faz sinal de positivo para explicitar que entendeu e executa a atividade sem dificuldade.

Em meio aos entraves de alfabetizá-lo, consiste o “problema” da agressividade, pois ele ainda age com desrespeito com os colegas, quanto esperar sua vez, percebendo que errou, ele reconhece e pede desculpas, assim como as demais crianças da turma. Como a aprendizagem é continua um processo de construção, o aluno domina somente o básico sobre LIBRAS, porém não há dificuldade para se comunicar, os colegas entendem, por exemplo, o seu pedido desculpas.

Diante da narrativa da professora é possível perceber que existe muito a avançar por parte do poder público, pois não há investimento em formação continuada como deve ser, existe um obstáculo entre o funcionário e os órgãos administrativos, pois o suporte que o município oferece ao aluno da Educação Infantil é o mínimo que ele merece. Entretanto, a outra ponte que media a aprendizagem da criança é a família, segundo os argumentos apresentados, a ausência da família no âmbito escolar, compromete essa aquisição de conhecimento, pois a criança necessita da educação familiar para avançar no seu desenvolvimento unilateral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa pesquisa foi possível certificar-se que com os avanços educacionais houve melhorias significativas para as pessoas com surdez. É certo que as escolas de ensino regular não devem negar a matrícula à pessoa com deficiência. Analisando o percurso histórico da educação dos surdos é possível perceber que após incansáveis lutas a pessoa com surdez foi considerada merecedora de receber educação de qualidade igualmente aos outros sujeitos.

Apesar desses progressos, a inclusão nas escolas não foi devidamente conquistada, porém uma significativa transição ocorreu, pois é possível assegurar o acesso das crianças com surdez na escola de ensino regular, sem que haja segregação, mas isso não quer dizer que haja qualidade no ensino-aprendizagem.

Os documentos analisados para essa pesquisa admitem a importância da Língua Brasileira de Sinais, para o surdo. A compreensão da importância da inclusão é altamente indispensável assim como a relevância que a Educação Infantil tem para as crianças.

Na Unidade de Educação Infantil observada, nem sempre há o cumprimento dos documentos legais. Desta forma é plausível inquietar-se, como o aluno da Educação Infantil desta Unidade de Ensino está sendo fundamentado educacionalmente para os anos seguintes? Como será o seu ingresso no Ensino Fundamental? Mesmo com o reconhecimento da inclusão e do valor da Língua Brasileira de Sinais, as leis precisam ser executadas, não basta serem apenas promulgadas.

É indispensável que o docente esteja em contínuo processo de formação, investigando sempre a melhor forma de se qualificar, pois, a formação continuada molda muito a prática docente e sua postura enquanto profissional.

Enquanto professora, devo assumir ativamente meu papel de facilitadora e mediadora de conhecimento. A partir da consciência do meu papel social enquanto sujeito profissional, complemento meu aprendizado sobre a Língua Brasileira de Sinais com uma pós-graduação nessa área, pois é através do processo formativo continuado que pretendo desenvolver competências e habilidades necessárias para a prática pedagógica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. São Paulo. Editora do Brasil, 1996.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares: estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília, 1999.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **“Lei Federal nº 10.436 no dia 24 de abril de 2002 pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, reconhecendo a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.”** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm> Acesso em: 31 out. 2015.

CONFERÊNCIA Mundial de Educação para Todos. **Declaração Mundial de Educação para Todos**. Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Brasília, DF: UNIFEC, 1990.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LINHAS DE AÇÃO: sobre necessidades educacionais especiais. Brasília: Corde, 1994.

FILHO, Carlos Fernandes de Medeiros. **Só Biografias**. Disponível <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/index.html?submit=Home+Page>> Acesso em 29 out. 2015.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. Disponível <<http://www.ampid.org.br/Artigos/PD.Historia.phd.>> Acesso em: 06 out. 2015.

STROEL, Karin. **História da Educação de Surdos**. Disponível em: <http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificahistoriaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf> Acesso em 25 out. 2015.